

NOTA DO SINPRO-BA DE POSICIONAMENTO QUANTO AO DEBATE SOBRE O RETORNO ÀS ATIVIDADES LETIVAS PRESENCIAIS

Salvador-Ba, 03 de julho de 2020.

Às professoras e aos professores, às Direções e Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Privado, aos gestores públicos, aos alunos, às famílias e à sociedade de maneira geral.

O **Sindicato dos Professores no Estado da Bahia – SINPRO-BA**, entidade que há 57 anos representa educadoras e educadores do ensino privado na Bahia de forma responsável e aguerrida, vem, através desta Nota, expressar as suas preocupações e o seu posicionamento acerca da discussão sobre retorno das atividades letivas presenciais no Estado da Bahia e, por óbvio, nos seus municípios integrantes.

Primeiramente, o SINPRO-BA reconhece, desde o início desta jornada relativa à pandemia de Covid-19, a gravidade da situação, em todos os seus aspectos, notadamente nos riscos à saúde e à vida, bem como, noutra ponta, nos impactos econômicos e sociais decorrentes das medidas necessárias ao enfrentamento à pandemia.

O SINPRO-BA tem lutado, incansavelmente, para ajustar as relações de trabalho na educação privada desde meados do mês de março, comunicando e orientando a categoria, negociando e estabelecendo normativas com o patronal, seja da educação básica ou do ensino superior. Nestes meses, prestamos mais de 5 (cinco) mil atendimentos por telefone, WhatsApp, Instagram, e-mails, além das diversas informações prestadas através do nosso site, mala direta, redes sociais e participação quinzenal no Programa do Trabalhador, da Rádio Metrópole FM. Foram inúmeras as reuniões de diretoria, incontáveis as trocas de informações internas para discutir e encontrar solução para os problemas que nos chegavam (e ainda chegam), diversas reuniões com sindicatos patronais e instituições de ensino, sempre buscando a melhor solução possível ao momento para as professoras e professores que representamos, muitos sequer sindicalizados, mas defendidos aguerridamente pelo SINPRO-BA.

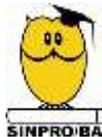
A pandemia cobrará de todos nós um preço que sequer sabemos ao certo qual será. As reduções salariais a partir de normas criadas pelo Executivo e pelo Congresso, as demissões, a redução da renda dos trabalhadores e seus impactos na possibilidade de continuarem acessando e bancando serviços privados, como o de educação, a desestruturação de setores da economia nacional e seu enfraquecimento – que, na maior parte dos casos, era anterior à pandemia, pela inação, incompetência ou erro do (des)governo federal, tendo a pandemia agravado a situação –, tudo isto é objeto de análise, avaliação e preocupação por parte do SINPRO-BA.

Há, no entanto, um algo maior que se nos apresenta ao debate neste momento: a saúde, a integridade física e, por fim, a vida – o bem maior a ser preservado por todos nós.

O debate sobre retorno das atividades letivas presenciais ocorre em meio ao avanço da pandemia no Brasil, com aumento significativo do número de casos – que hoje já supera a casa dos 1,5 milhão –, bem como do número de mortos, diariamente ultrapassando a casa dos mil casos diários, número hoje não apresentado por nenhum outro país do mundo afora o Brasil. As escolhas, os erros e mesmo os crimes cometidos pelo Presidente da República, que carrega em suas mãos e ombros grande parte das mortes que temos testemunhado, contribuíram sobremaneira para o impedimento a um combate mais efetivo, célere e eficaz da pandemia. A história não perdoará o negacionismo tosco, o incentivo à desproteção e a exposição ao risco de dezenas de milhões de cidadãos.

No final do mês de junho de 2020, o Datafolha publicou pesquisa que apontava que **76% dos brasileiros indicavam que “as escolas devem continuar fechadas nos próximos dois meses por causa da pandemia do novo coronavírus”**. É um número expressivo de pessoas que compreendem, felizmente, a gravidade da situação e os perigos de se fazer abertura de escolas – que, por sua natureza, produzem aglomerações – num momento de agravamento da crise de saúde, com o já relatado e conhecido aumento do número de casos e de mortes.

A discussão sobre protocolos pode ser uma necessidade, porque é preciso projetar cenários e investir na preparação, mas **a definição apressada de datas de retorno, desconsiderando o cenário de contágio e mortes em crescimento, não pode e não será aceita pelo SINPRO-BA e pelos educadores**. Mais que isto, **não nos submeteremos a decisões das quais não participamos, mas que nos afetam diretamente; não aceitaremos a posição de sermos apenas**



SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA

comunicados pelas autoridades públicas ou pelos gestores das instituições de ensino de quando e de que forma retornaremos. Sem a nossa participação, sem a participação dos professores através do seu sindicato – não com reuniões por escola em que o corpo docente é apenas comunicado e muitas vezes coagido e assediado – não haverá retorno!

Em reunião com o Conselho Estadual de Educação da Bahia, o SINPRO-BA apresentou suas diretrizes básicas relativas ao tema, que seguem, em linhas gerais, o quanto discutido em âmbito nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, da qual o SINPRO-BA é membro da sua Diretoria Executiva. Tais diretrizes, basicamente, indicam que **não se pode pensar em retorno às atividades presenciais em educação enquanto a curva de contágio e de mortes for ascendente, enquanto não houver clara e incontestável estabilização, enquanto não houver clara e incontestável redução de contágio e morte, observada esta última por período superior a 15 dias e sendo esta etapa a definitiva sobre o processo.**

Para além disto, o SINPRO-BA apresentou e reforça uma série de condições quanto a **proteção, testagem completa de todos os membros da comunidade escolar semanalmente (não aceitamos teste rápido, porque é falho e ineficiente, muito menos mera medição de temperatura), garantia de emprego e manutenção da renda, liberação de portadores de comorbidades com garantia de emprego e renda, compromisso de não demissão ao longo do ano e na passagem para o ano letivo de 2021, apoio e acompanhamento psicológico profissional, definição de calendário de reposição de forma acordada entre sindicato laboral e patronal, vedada qualquer definição de forma individualizada por escola/faculdade.**

O SINPRO-BA tem informações concretas de que algumas prefeituras, incluindo Salvador e Feira de Santana, maiores cidades da Bahia, têm promovido reuniões com empresários de educação na discussão dos protocolos para retorno. Como entidade representativa do mais importante ator do processo, que divide este protagonismo com os estudantes, o SINPRO-BA não foi, até o momento, notificado ou convidado a participar de tais debates. Ou seja, o poder público, que tem obrigação de cumprir o democrático e republicano papel de lidar com as diferentes partes de um processo, tem debatido exclusivamente com os empresários do setor, sem ouvir os representantes dos trabalhadores (professores e demais), dos estudantes e das famílias.

O SINPRO-BA compreende que os desafios para a Educação são imensos. Compreende, igualmente, que há necessidade de esforços conjuntos para vencer tais desafios.

O SINPRO-BA reconhece que é necessário garantir alguma normalidade em meio à anormalidade que temos vivido, o que se expressa nos acordos e normas que firmou com os sindicatos patronais. Reconhece, igualmente, que empregos, salários e a capacidade de sobrevivência econômica das empresas têm de ser pensados com absoluta responsabilidade.

O SINPRO-BA entende que quaisquer déficits nos programas pedagógicos pensados para o ano letivo de 2020 podem e devem ser ajustados, compensados e solucionados em período posterior, pois todos temos a necessidade e capacidade de reorganizar programas a partir de contingências, sobretudo da magnitude da que ora se nos apresenta. Nenhum estudante será afetado no quanto lhe deve ser ofertado, mas é preciso haver a plena compreensão de que estamos tratando de um período grave, e que não é o volume de conteúdos didáticos a serem trabalhados neste ano atípico o que vai definir a construção das competências e das habilidades requeridas, pois a qualidade não pode estar atrelada à quantidade, e há outros aprendizados tão ou mais importantes em curso.

O SINPRO-BA, porém, considera que o debate precisa ser amplo e democrático, abarcando todos os atores envolvidos no processo, e que a preservação da saúde, da integridade física e da vida é um valor superior a tudo, para o bem de quem investe em educação, que terá severos problemas judiciais caso um aluno ou professor seja infectado em ambiente escolar ou morra em virtude disto, para o bem dos trabalhadores, que terão sua segurança em saúde preservada, dando-lhes condições de continuar trabalhando e contribuindo de forma remota, para o bem dos estudantes, pelos quais é preciso ter imensa responsabilidade e zelo, pois são a razão de existência da educação, pelo bem das famílias, que depositam na escola a confiança sobre mais do que a formação acadêmica dos seus filhos.

Pela vida!

Educação não é mercadoria!

Saúde não é mercadoria!